



Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA  
2 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO REALIZADA EM 09 DE  
3 MARÇO DE 2016  
4

5 Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezesseis, nesta cidade de São Paulo à  
6 Rua Sena Madureira, 1500, Anfiteatro térreo do prédio da Reitoria, reuniram-se os  
7 senhores membros do Conselho Universitário da UNIFESP, sob a presidência da  
8 Magnífica Reitora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Soraya Soubhi Smaili. Estiveram presentes os membros:  
9 Adriano Kasiorowski de Araújo, Agnes Araújo Sardinha Pinto, Airton Luis Alvares,  
10 Alvaro Nagib Atallah, Andre Luiz de Lima, Andrea Rabinovici, Angelo Amato Vincenzo  
11 de Paola, Anita Hilda Straus Takahashi, Arthur Violante Sapia, Carlos Roberto Nunes,  
12 Catarina Segreti Porto, Christina Windsor Andrews, Clovis Ryuichi Nakaie, Cristiane  
13 de Melo Shirayama, Daniel Arias Vazquez, Emerson Stefanoviciaus D'Anela, Emília  
14 Inoue Sato, Esper Abrão Cavalheiro, Fábio Ruiz Simões, Hélio Kiyoshi Takahashi,  
15 Isabel Cristina Kowal Olm Cunha, Jane Zveiter de Moraes, Janes Jorge, Janine  
16 Schirmer, Joao Aléssio Juliano Perfeito, Joao Miguel de Barros Alexandrino, José Ivaldo  
17 Rocha, José Osmar Medina de Abreu Pestana, Karla Helene Marques Lima, Lidiane  
18 Cristina da Silva, Luciana Massaro Onusic, Luiz Leduino de Salles Neto, Luiz Roberto  
19 Ramos, Maria Angélica Pedra Minhoto, Maria Cecília Martinelli, Maria do Socorro  
20 Limeira da Silva, Matheus Crivelin Zanatta, Matheus de Faria Modina, Nadja Simão  
21 Magalhães, Natália Maria Simionato, Newton de Barros Junior, Paola Scanapieco  
22 Barros, Reinaldo Salomão, Ronaldo Adriano Christofolletti, Rosana Fiorini Puccini,  
23 Rosemarie Andrezza, Sylvia Helena Souza da Silva Batista e Valeria Petri.  
24 Justificaram ausência: Ana Luísa Hofling Lima Farah que foi substituída por: Caden  
25 Souccar, Deborah Suchecki que foi substituída por: Dulce Maria Fonseca Soares  
26 Martins, Maria Lúcia Oliveira de Souza Formigoni que foi substituída por: Debora  
27 Amado Scerni, Marimélia Aparecida Porcionatto que foi substituída por: Dulce  
28 Aparecida Barbosa, Regiane Albertini de Carvalho que foi substituída por: Arlindo  
29 Flavio da Conceição. Justificaram ausência e não foram substituídos: Dulcelina  
30 Andrade dos Santos de Macedo, Mavilde da Luz Goncalves Pedreira, Olgária Chain  
31 Feres Matos, Paulo Bandiera Paiva e Sérgio Schenkman. Não justificaram ausência:  
32 Arnaldo Lopes Colombo, Cecilia Fernandes, Daniel Cara, Felipe da Silva Lima,  
33 Florianita Coelho Braga Campos, Dr. Henrique Nelson Calandra, Ieda Maria Longo  
34 Maugeri, Jose Luiz Martins, Maria Teresa Zanella, Mariana Camargo, Moises Cohen,





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



35 Nestor Schor, Patricia Rios Poletto, Regina Celia Spadari. Participaram da reunião  
36 como convidados: Daniel Oliveira (Diretor da Audin) e Javier Amadeo (Assessor do  
37 Gabinete). Tendo os senhores conselheiros, assinado a folha de frequência e sendo  
38 constatado quórum com 52 presentes, a reunião foi iniciada. A sra. Presidente passou  
39 aos seguintes **Informes**: 1º) na oportunidade foi aprovada, com 3 abstenções, a ata do  
40 dia 17 de fevereiro de 2016, com as seguintes ressalvas: a) a conselheira Janine  
41 Schirmer solicitou que a sigla da Escola Paulistinha de Educação (EPE), cuja proposta  
42 de regimento educacional foi aprovada na reunião do Consu do dia 17 de fevereiro  
43 próximo passado, seja mudada, afim de que não haja confusão com o nome da Escola  
44 Paulista de Enfermagem (EPE). A sra. Presidente informou que levará a solicitação aos  
45 gestores da Escola Paulistinha de Educação, e a sigla será alterada; b) nas linhas 229  
46 e 246, onde se lê: "...Pró Reitoria de Extensão...", leia-se: "Pró-Reitoria de Extensão...";  
47 c) por sugestão da conselheira Christina Andrews, o nome do conselheiro Henrique  
48 Calandra virá precedido, sempre, do título de Doutor. 2º) a sra. Presidente falou da  
49 retomada dos trabalhos pela Comissão do Estatuto, e apresentou proposta de novas  
50 mudanças no calendário de discussões por este Egrégio Colegiado, lembrando que na  
51 última reunião, já havia sido aprovado um novo calendário. O calendário ora  
52 apresentado não difere muito do anterior. Ela solicitou aos membros do Consu que  
53 encaminhem propostas referentes aos assuntos que não foram contemplados pelo  
54 Congresso Unifesp, por exemplo, questões relacionadas às Câmaras de Graduação e  
55 de Pós-Graduação. Informou ainda, que as propostas serão apresentadas com a autoria  
56 dos que as assinam. Ela concluiu que o período para as propostas está aberto e a  
57 Comissão aguarda as sugestões de modificações. 3º) PDI, a sra. Presidente fez um  
58 breve histórico do processo que, em janeiro foi aberto à comunidade, para sugestões.  
59 A Pró-Reitoria de Planejamento recebeu várias sugestões e deixou o texto mais  
60 completo e abrangente. O documento foi encaminhado aos diretores nesta semana e,  
61 após esses trabalhos, será novamente aberto à comunidade. Informou que a oficina  
62 será realizada no dia 18, quando será apresentado o texto mais elaborado. Em seguida  
63 será trazido ao Consu, especificamente na reunião ordinária de abril, para deliberação.  
64 Ela lembrou que essa oficina estava, inicialmente, programada para acontecer no dia  
65 11. Foi solicitado aos senhores conselheiros se inteirarem sobre o que está  
66 acontecendo e convida toda a comunidade a participar, enfatizando que o PDI é uma  
67 "necessidade" da instituição e será utilizado como ferramenta de avaliação. O  
68 conselheiro Esper informou que foram recebidas as contribuições e a Pró-Reitoria está





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



69 trabalhando na consolidação das informações, e o projeto entrará na plataforma week,  
70 para completar. Falou da importância de novas idéias para os próximos passos e  
71 considerou que a revisão anual será útil para esses passos futuros. Reafirmou o  
72 convite a todos para participarem da oficina no próximo dia 18. A sra. Presidente  
73 acrescentou que o PDI deverá ser concluído até final de março, quando passaremos  
74 pelo credenciamento pelo MEC. 4) credenciamento: A sra. Presidente falou da  
75 necessidade da finalização do PDI até final do mês de março, uma vez que a Unifesp  
76 está passando pelo processo de credenciamento; e deu ênfase à sua importância  
77 para a avaliação externa. A conselheira Lidiane, também procuradora institucional,  
78 informou que o processo de credenciamento ocorre a cada 10 anos, e são  
79 considerados todos os dados relacionados no PDI, tais como, políticas de ensino entre  
80 outros. Concluiu que é importante estar finalizado antes da visita do MEC na  
81 instituição. A sra. Presidente lembrou ainda que a CPA (Comissão Permanente de  
82 Avaliação) precisa de representantes externos, fato este que também é uma das  
83 exigências para não perder o credenciamento pelo MEC. Na oportunidade, ela falou da  
84 nota máxima recebida, nesta semana, pelo Curso de Engenharia de Materiais do ICT,  
85 lembrando que o campus São José dos Campos não possuía atividades de extensão, até  
86 2 anos. O conselheiro Leduíno agradeceu a visita àquele campus no dia anterior,  
87 falando do apoio da Reitoria e do Consu; e falou do projeto de extensão vindo dos  
88 alunos. Falou da caravana da ciência, para a qual levarão projetos de iniciação  
89 científica. Ele informou que são 7 cursos de pós-graduação sendo 4 de doutorado, com  
90 100 docentes. Sobre a estrutura do campus SJC, a sra. Presidente informou que a  
91 gestão está trabalhando para conseguir a mesma estrutura daquele campus para os  
92 demais campi. Salientou que esta instituição foi avaliada recentemente e a graduação  
93 e a internacionalização foram consideradas melhor até mesmo fora da rede pública  
94 federal. 5º) mudanças na Procuradoria Federal na Unifesp e na FAP-Unifesp: a sra.  
95 Presidente informou que até o final do presente mês a chefia da Procuradoria passará  
96 a ser exercida pelo procurador federal Reginaldo Fracasso, que virá da UFABC, onde  
97 atua desde a implantação da procuradoria daquela instituição. Sobre a FAP-Unifesp, a  
98 sra. Presidente falou do encontro que haverá no dia 1º de março e que tratará sobre o  
99 “marco da ciência e tecnologia”. A Unifesp precisa de uma regulamentação interna e  
100 quer avançar para se beneficiar dentro da legislação. A FAP-Unifesp também sofreu  
101 mudanças em sua Diretoria. A Prof<sup>a</sup>. Anita solicitou a exoneração do cargo de Diretora  
102 Presidente, justificou e entendemos necessário para ela neste momento. A sra.





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



103 Presidente agradeceu toda a dedicação da Prof<sup>a</sup>. Anita àquela fundação nos últimos 3  
104 anos. Disse que a Prof<sup>a</sup>. Anita reestruturou a fundação, fez um trabalho muito claro e  
105 transparente. Com a saída da Prof<sup>a</sup>. Anita, a Direção da FAP-Unifesp passa a ser a  
106 seguinte: Prof<sup>a</sup>. Jane Zveiter de Moraes (Diretora Presidente); Prof<sup>a</sup>. Roseli Giudici  
107 (Diretora Vice-Presidente); Prof<sup>a</sup>. Pollyana de Carvalho Varrichio (Diretora  
108 Administrativa). Tendo em vista que o Diretor de Ensino, Prof. Marcelo Domingues  
109 Roman deverá se afastar do país para aperfeiçoamento acadêmico, quando for  
110 concretizado seu afastamento, assumirá a função, a Prof<sup>a</sup>. Bartira de Aguiar Roza. Os  
111 Diretores Financeiro e de Pesquisa, Prof<sup>a</sup>. Vanessa Costhek Abilio e Prof. Nelson Sass,  
112 respectivamente permaneceram. Ela informou, ainda, que a escolha dos nomes se  
113 baseou na experiência de cada um. A Prof<sup>a</sup>. Anita agradeceu a confiança da Reitora e  
114 de todos os integrantes da equipe, lembrando que cada um deu sua contribuição. Na  
115 oportunidade, o conselheiro J. Aléssio informou que a CPPD, comissão na qual atua  
116 como representante do Consu, oficializou ao colegiado solicitando que defina critérios  
117 para o marco legal. A CPPD acredita que solicitações começarão a chegar e essa  
118 comissão terá que legislar internamente. A sra. Presidente também demonstrou  
119 preocupação, porém disse que não será a flexibilização do regime de DE; considera  
120 que as conquistas devem ser preservadas e a universidade precisa dos docentes com  
121 DE; e essa dedicação deve ser valorizada. 6<sup>o</sup>) Concurso TAEs, a pró-reitora de gestão  
122 com pessoas e conselheira Rosemarie informou que já foram encerradas as inscrições  
123 e a arrecadação superou os R\$2.000.000,00. Disse também que embora tenham adiado  
124 o período de inscrições, a data do concurso foi preservada. Ela acredita que serão  
125 chamados cerca de 300 servidores, uma vez que, até a finalização do processo,  
126 ocorrerão outras aposentadorias. Será feito um aditamento ao edital. Disse ainda que  
127 99% das vagas são originárias de vacâncias, aposentadorias e afastamentos da  
128 instituição, portanto, não existem vagas novas. Sobre o maior número de vagas estar  
129 destinado ao campus São Paulo, explicou que se trata do campus mais antigo, com  
130 maior número de servidores deixando seus cargos vagos. Lembrou que foi feita  
131 pactuação e discutida, mais de uma vez, neste colegiado e em outras instâncias. Disse  
132 que a PróPessoas tem consciência da desigualdade do número de vagas para com os  
133 demais campi, especialmente se considerado o número de alunos equivalentes. O  
134 próximo passo será propor ao Consu o redimensionamento, tão logo se conclua o  
135 censo. A conselheira Rosana esclareceu que a maior parte das vagas destinadas ao  
136 campus São Paulo são do Hospital São Paulo. Ela falou ainda da importância dos





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



137 campi no redimensionamento e considera interessante conhecer os critérios,  
138 lembrando que existem muitos parâmetros diferenciados. A sra. Presidente disse que o  
139 censo ainda não está finalizado, e concorda debater nesta instância. Já o conselheiro  
140 Clóvis falou da situação de servidores antigos, que se titularam e que não conseguem  
141 sair do cargo antigo. Sugere abrir concurso para esses servidores, ao que a sra.  
142 Presidente respondeu não ser possível, tecnicamente, a resolução dessa questão. O  
143 conselheiro J. Ivaldo lembrou que os servidores perderam a ascensão funcional, porém  
144 encontraram uma forma de incentivar a progressão e a qualificação. Considera que  
145 com isto o técnico e a própria instituição são valorizados. Lembrou ainda que está  
146 sendo discutido o RSC (Reconhecimento do Saber e Competência na Carreira), que  
147 deve mudar a situação. Ele concluiu que infelizmente, o servidor só pode progredir  
148 com concurso público e, quando o servidor presta novo concurso, vai para o início da  
149 carreira. Isto vale, também, para o docente. A sra. Presidente informou que a Unifesp  
150 tem TAEs qualificados, vários com Livre Docência, um grande número de mestres e  
151 doutores e com nível superior. Esses têm a progressão referente a carreira. 7º) o  
152 conselheiro Daniel, diretor acadêmico do campus Guarulhos, expôs suas alegrias e  
153 preocupações com a mudança para o campus desde o dia 22 do último mês. Preocupa  
154 a obra para as correções e o cumprimento do cronograma para entrega das obras.  
155 Lembrou que as aulas estão previstas para início no dia 21. Ele espera que a obra  
156 também cumpra sua parte. A sra. Presidente falou sobre a fiscalização da obra que  
157 passou à responsabilidade dos servidores Tânia Mara Francisco e Carlos Meireles, por  
158 suas experiências na obra do campus São José dos Campos e pela semelhança da obra  
159 do campus Guarulhos com aquele campus. Ela acrescentou que o processo é lento por  
160 natureza e que não podemos ter dificuldade com relação às medições e pagamentos,  
161 lembrando que as medições são feitas e posteriormente, o pagamento. Disse que a  
162 obra de São José dos Campos não passou por dificuldades orçamentárias, porém a  
163 entrega teve atraso, lembrando que alguns detalhes não estão ao alcance da  
164 instituição. Disse também que todos estão empenhados para o término dessa obra e  
165 que não está em nossas mãos a questão da ligação da energia. O conselheiro Daniel  
166 solicita que as informações sobre os prazos sejam dadas para que possam fazer o  
167 planejamento. Já o conselheiro Leduino salienta que a obra nunca está pronta, porém  
168 sugere manter a data de mudança e início das aulas. A sra. Presidente informou que a  
169 inauguração será marcada e contará com a presença do Ministro da Educação, o  
170 Prefeito da Cidade de São Paulo e o Prof. Walter Albertoni, que fazem questão de ser





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



171 convidado. Com a palavra, a conselheira e Pró-Reitora de Administração, Isabel  
172 Cunha, informou que estão sendo feitas gestões junto à concessionária Bandeirantes  
173 para a ligação da energia. Os empenhos foram feitos e a gestão está se esforçando  
174 para a entrega, lembrando que a entrega final só se dará após a ligação da energia. A  
175 conselheira Débora sugere que os alunos e a comunidade sejam informados sobre os  
176 passos e que se pense atividades possíveis de serem realizadas neste momento, por  
177 exemplo, a integração entre os cursos. Já o conselheiro J. Aléssio se colocou na linha  
178 da conselheira Débora e sugeriu pensar, neste momento de imprevistos, o que será  
179 feito se não der certo em toda essa estrutura, e não amortecer por conta desses  
180 imprevistos. Considerou uma vitória, sentimento esse já expressado por outros  
181 conselheiros. A sra. Presidente concluiu falando sobre a obra do arco, e acrescentou:  
182 “as estruturas do campus serão entregues para atender todas as condições de trabalho  
183 e de segurança. As demandas dos TAEs, docente e estudantes serão atendidas”. Na  
184 oportunidade, informou sobre a rede Zika da Unifesp, que reúne pesquisadores que  
185 estão trabalhando com essas doenças e interessados em participar, podem procurar  
186 pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e a conselheira Débora complementou  
187 que essa discussão ainda está em um grupo pequeno, que já estava trabalhando, falou  
188 do mapeamento que está sendo finalizado, e será aberto a quem queira participar. 8º)  
189 Resolução FAP Unifesp sobre Plano de Trabalho e Ressarcimento, a conselheira  
190 Débora apresentou a proposta de trabalho entre a Fap e a Unifesp. Falou da  
191 necessidade da definição dessa relação entre a Unifesp e a Fap. Foram criadas  
192 comissões, cada uma trabalhando com um tema. O tema que está quase concretizado é  
193 o que vamos apresentar hoje e que será enviado a todos. Partícipes Fap e Unifesp, mas  
194 poderemos ter outros com outras formações jurídicas. As fundações poderão captar  
195 recursos diretamente, necessários para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa.  
196 Os ICTs poderão firmar contratos com a universidade, desde que autorizado pelo CA  
197 ou pelo Consu. A Fap deverá garantir o controle contábil, de forma a garantir o  
198 ressarcimento a Unifesp. As diretrizes apresentadas pela conselheira estão baseadas  
199 em Lei. O ressarcimento será executado após a apuração dos valores, com base na  
200 planilha de custos e memória de cálculo da Unifesp, e que deverá constar de um plano  
201 de trabalho. Ela apresentou modelo de planilha de ressarcimento e de plano de  
202 trabalho. O ressarcimento servirá para custear uma parte dos gastos que a instituição  
203 tem, e que o pesquisador utiliza. O valor desse ressarcimento será definido por  
204 planilha específica (PCMC), para o campus onde a pesquisa está sendo realizada. Para





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



205 pesquisas que envolverem mais de um campus, cada campus apresentará sua base de  
206 cálculo. Para o ressarcimento para a Unifesp e para a Fap, será utilizada planilha de  
207 custos com memória de cálculo, composto pelas despesas administrativas e de  
208 infraestrutura, e constará, obrigatoriamente, do plano de trabalho. Não está fechado,  
209 são modelos. Em seguida, ela detalhou as planilhas e falou dos itens que,  
210 obrigatoriamente deverão constar no Plano de Trabalho. Se não estiverem detalhados,  
211 o trabalho será devolvido. Sobre a manutenção dos equipamentos, ela disse que serão  
212 obrigatórias, a preventiva, a corretiva e o upgrade. Ela disse que será implantada uma  
213 plataforma semelhante a plataforma da Fapesp e tudo será lançado ali. Haverá um  
214 comitê gestão que analisará esses projetos. Se tudo não estiverem de acordo com as  
215 regras, a Procuradoria devolverá. Em seguida apresentou as instruções para a  
216 elaboração do plano de trabalho. Para cada caso haverá uma ferramenta específica.  
217 Falou das informações obrigatórias para o plano de trabalho. Disse que todos os  
218 pontos serão levados em consideração, tais como, condições do requerente, se é  
219 próprio ou institucional. A sra. Presidente falou do trabalho conjunto com o Etage e  
220 outros campi. Trata-se de trabalho preliminar e as premissas foram apresentadas.  
221 Precisamos de um modelo de Plano de trabalho bem estabelecido e coordenado. Falou  
222 da necessidade de se dedicar, lembrando que a UFABC tem mais experiência na  
223 elaboração desses planos. Ela enfatizou a necessidade de ressarcimento constar do  
224 plano de trabalho (à universidade e ao campus que gerou esse plano de cooperação).  
225 Temos que considerar vários aspectos: pessoas que se dedicam, bolsistas, apoio de  
226 suporte, estrutura que acolhe o projeto. Se vêm de empresa, considera que esta tem  
227 que ressarcir o uso de equipamento, de água, de telefone etc. Temos que finalizar esse  
228 projeto e fazer treinamentos. Lembrou que a Fapesp tem os formulários e é rigorosa.  
229 Lembrou que no exterior também essa situação é cobrada rigorosamente. O  
230 conselheiro J. Aléssio pede para encaminhar a apresentação aos conselheiros. Ele  
231 considera fundamental o ressarcimento, lembrando que o profissional recebe  
232 equipamento e acha que fez favor para a universidade e no entanto esquece dos custos  
233 da universidade para o funcionamento e manutenção desse equipamento. Sugere  
234 definir o valor ou olhar passo a passo. A conselheira Débora disse que em  
235 porcentagem não é possível, temos que colocar custo a custo. E o conselheiro J Aléssio  
236 rebate enfatizando preocupação com os custos para a Fap auditar e a conselheira  
237 Débora sugere buscar modelo em outras universidades. O conselheiro L. Roberto  
238 perguntou como ficam os saldos de recursos de projetos realizados ou que ainda estão





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



239 em andamento. O conselheiro Leduino falou do relacionamento e parceria da  
240 universidade com a indústria privada. Falou do reconhecimento da Fap e considerou  
241 “não” justo o trabalho voluntário dos membros da Diretoria. Falou da necessidade de  
242 empregos, da necessidade de gerar tecnologia e da importância da formatação clara  
243 dos procedimentos. Enfatizou a importância da parceria com as empresas e mencionou  
244 projetos com a Siemens que, em contrapartida, está dando cursos de formação aos  
245 alunos do campus de SJC. Ao final, solicitou que seja dado um prazo para o  
246 encaminhamento de sugestões. A conselheira Rosana perguntou se a comissão que  
247 trabalha nesta proposta é a mesma comissão que trabalha na proposta dos cursos  
248 pagos, ao que a sra. Presidente respondeu negativamente. O conselheiro Arlindo  
249 sugeriu que o processo já seja disponibilizado e já comesse a se definir e a sra.  
250 Presidente, embora concorde, informou que ainda estamos aguardando a  
251 informatização do processo. A conselheira Sylvia falou da importância do processo  
252 para Instituto do Mar, para a execução de contratos e convênios, e para incentivar os  
253 pesquisadores na captação de convênios e recursos. Enfatizou a existência de  
254 contratos também com órgãos públicos. O conselheiro Reinaldo, coordenador de  
255 pesquisa no HSP, falou de seus anseios sobre essa relação; da parceria com a Fap e  
256 aproveitou para agradecer ao trabalho árduo da Diretora-Presidente Anita. Ele vê o  
257 projeto um pouco diferente da Fapesp. Disse que a parceria com a Fap tem funcionado  
258 e que parece que não foi feito direito e que é a contrapartida da instituição. Relatou  
259 reunião com a Fapesp onde essa apresentou resultados de parcerias universidade X  
260 Fapesp X instituição privada. Os valores para a universidade eram menores, uma vez  
261 que esta não sabe valorizar seu trabalho. Considera desafio pré-definir os custos e vê  
262 mais na linha da contrapartida, pelo que foi apresentado. O conselheiro Leduino  
263 sugere definir cronograma com data limite e a composição de uma comissão de  
264 trabalho do Consu ou da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa para a instalação  
265 do projeto. Considerou que o assunto é prioridade. A conselheira Anita disse que a  
266 contrapartida é maior, e que no caso da legislação, esta define o ressarcimento de  
267 alguns custos para a instituição, e não só pagar para a fundação. Ela disse que a  
268 Unifesp não paga para o projeto e que é necessário devolver parte a ela, já que a  
269 iniciativa privada está entrando aqui. Respondendo aos questionamentos, a  
270 conselheira Débora concorda com recurso pré-definido e acrescenta que a comissão  
271 tem pensado em como mensurar cada aspecto, e que tudo deve ser colocado em  
272 planilha. Disse que tudo está sendo feito para que seja disponibilizado. Serão feitas





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



273 reuniões com profissionais envolvidos em cada situação, e todos os casos estão sendo  
274 vistos separadamente. Informou que na próxima reunião do Conselho da Pós-  
275 Graduação, a Fap será convidada para fazer uma apresentação. Acrescentou que foi  
276 necessária a prorrogação do tempo para a finalização dos trabalhos. A sra. Presidente  
277 disse que aqui também podemos fazer uma apresentação da Fap. A conselheira Jane,  
278 atual Diretora-Presidente da FapUnifesp agradeceu à Prof<sup>a</sup>. Anita e, sobre a  
279 apresentação da conselheira Débora, falou que a dificuldade maior da planilha envolve  
280 discussões conceituais e que, estabelecido o modelo, não haverá dificuldade em segui-  
281 lo. Falou de pendências de diretorias anteriores e da necessidade de compor custos  
282 para chegar aos altos valores que estão sendo cobrados da Fap. Os cálculos são feitos  
283 baseados em informações recebidas. Acrescentou que tem uma fila de projetos a  
284 acertar. Informou que no conveniar já estão cadastrados 650 estudos. Foram  
285 colocadas as informações conciliadas em números. A Fap solicita que as pessoas  
286 comprovem seus valores. Lembrou que a Prof<sup>a</sup> Anita esteve no Setor de Patrimônio  
287 para levantar plaquinhas de equipamentos que não estão mais em uso. Essas  
288 informações serviram para compor as respostas. A conselheira Jane e a sra. Presidente  
289 disseram que a Prof<sup>a</sup> Anita ainda está à disposição para ajudar. Para concluir, a sra.  
290 Presidente disse que chamará a FapUnifesp para uma apresentação neste Egrégio  
291 Colegiado. Ela propôs o encaminhamento de propostas de aprimoramento para o  
292 processo até a próxima reunião do Consu, e que na ordem do dia, seja apresentado o  
293 fluxo e a planilha. Sugeriu indicar 3 membros do Consu para acompanharem,  
294 juntamente com a ProPGP e com o Etageae, os trabalhos da Comissão, e indicou os  
295 conselheiros Reinaldo Salomão, Luiz Leduino e João Alexandrino. A conselheira Sylvia  
296 sugeriu também o nome do conselheiro Ronaldo Christofolletti, e a sra. Presidente  
297 aceitou a sugestão, informando que a Assessora Maria José Fernandes, que é a  
298 Presidente da Comissão convocará para reuniões. Já na **Ordem do Dia**, foram  
299 discutidos os seguintes tópicos: 1) **Relatório de Gestão - agendamento de reunião**  
300 **extraordinária para aprovação**: A sra. Presidente solicitou que na próxima reunião  
301 extraordinária (16 de março) seja discutido o relatório de gestão e que a comissão do  
302 estatuto apresente suas propostas a seguir e, se houver tempo hábil. A conselheira  
303 Nadja falou de sua preocupação quando da votação e aprovação do relatório.  
304 Considera que o Consu fica responsável por ele. Não sabe se terá conhecimento  
305 adequado para votar na próxima reunião. Sendo assim, sugere adiar até o final do  
306 mês. O conselheiro Daniel questionou a necessidade da reunião extraordinária, com





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



307 pauta única, ao que a sra. Presidente lembrou que já temos agenda para os meses de  
308 março, abril e maio. Ela informou que a CGU audita por amostragem e que em 2014  
309 nosso relatório sofreu auditoria e foi aprovado na íntegra. Falou da necessidade da  
310 aprovação no dia 16. O conselheiro J. Alessio sugere inverter e colocar em discussão  
311 primeiro o estatuto e depois o relatório, a fim de garantir quórum, proposta esta  
312 acatada pela sra. Presidente. A conselheira Luciana, que já participou do Conselho  
313 Curador, solicitou o encaminhamento do relatório aos conselheiros ainda hoje.  
314 Reconhece que é feito com cuidado, porém abrange áreas que não são do  
315 conhecimento de todos. Já o conselheiro J. Alexandrino se posicionou favorável a  
316 auditoria externa. Sugere discutir para o futuro a questão da auditoria externa. A sra.  
317 Presidente disse que desconhece esta atitude em outras universidades e que, a Audin,  
318 que vai falar em seguida, é ligada a CGU e já tem esse papel, ao passo que a auditoria  
319 externa envolve gastos, etc. A conselheira Christina sugeriu que fosse concedida mais  
320 uma semana para a leitura do relatório. Também usou da palavra para sugerir que o  
321 Consu discuta quando as novas normas resultantes da reforma do estatuto e  
322 regimento geral entrarão em vigor. Observou que os conselheiros precisam discutir as  
323 questões pertinentes à reforma livremente, sem que isso possa implicar em qualquer  
324 casuísmo relacionado com os processos de escolha de reitor e outros cargos  
325 majoritários que terão lugar em 2016. Sugeriu a entrada em vigor das reformas  
326 poderia se dar em 1º de julho de 2017. Disse que encaminhou propostas para a  
327 reforma do estatuto e regimento geral por meio da consulta pública, mas que, como  
328 não havia espaço na página da Comissão da Reforma para o envio de propostas de  
329 modificação do Regimento Geral, que pediu à senhora secretária que encaminhasse os  
330 arquivos à Comissão. A sra. Presidente disse que as propostas serão encaminhadas à  
331 Comissão. Na oportunidade ela resumiu, dizendo que entende que há consenso e o  
332 relatório de gestão será discutido como primeiro ponto e, se houver quorum, serão  
333 iniciadas as discussões da reforma do estatuto. Colocada em votação a proposta de  
334 agenda da sessão extraordinária do Consu para o dia 16 do corrente mês foi aprovada  
335 por unanimidade, quando será apresentado o Relatório de Gestão 2015. O relatório  
336 será a única pauta da reunião podendo, porém, ser dado início aos debates referentes  
337 às propostas da reforma do Estatuto, lembrando que as deliberações sobre o Estatuto  
338 serão tomadas a partir da reunião extraordinária do dia 23 do mesmo mês. 2) **Plano**  
339 **anual de atividade de Auditoria Interna - PAINT/2016**: O servidor Daniel Oliveira,  
340 diretor da Divisão de Auditoria Interna, esclareceu que o relatório, objeto de discussão





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



341 no item anterior, é lançado na CGU pela Audin. Em seguida apresentou o plano anual.  
342 Tendo todos os conselheiros recebido o material, passou a exposição das ações.  
343 Enfatizou a questão dos riscos corporativos e sugeriu formas para que o processo  
344 possa ficar mais eficiente, com maior segurança e correção das fragilidades. Espera  
345 melhorar o processo e contribuir para os processos de gerenciamento. Ele finalizou  
346 dizendo que o objetivo era apresentar, de um modo geral, o plano para o presente  
347 exercício. A sra. Presidente falou do aprimoramento do trabalho da Audin, e seu papel  
348 como assessor para a instituição. O conselheiro Leduino perguntou sobre o caminho  
349 para denúncias, quando o servidor encontra algo irregular, e a sra. Presidente  
350 respondeu que o caminho é a Ouvidoria, Auditoria e Ministério Público, lembrando que  
351 a ouvidoria também é ligada ao Ministério Público. O conselheiro J. Ivaldo pediu  
352 esclarecimentos sobre a avaliação de projetos, perguntado se temos outros  
353 instrumentos para esse tipo de controle. O convidado Daniel informou que quando  
354 assumiu a Audin, esta era um órgão assessor e, para lá iam as pessoas que não tinham  
355 outro local. Em 2013, após contatos com TCU e CGU, a Audin passou a fazer a análise  
356 das contas, verifica onde se enquadra e evita opinar onde vai agir como órgão de  
357 controle, e evita, também, o compromisso com a gestão. Os relatórios chegam direto a  
358 alta gestão. Encaminhamos relatório diretamente para a Reitoria. Anteriormente, as  
359 informações não chegavam nos órgãos de governança. Não há impedimento de  
360 relatórios que fazemos serem apresentados aqui. Ele esclareceu que a Audin não é o  
361 canal de denúncias. A ouvidoria avalia as denúncias do servidor e indica a relevância.  
362 A Audin atua em sua área, diz se o ato está conforme ou não. As auditorias avaliam o  
363 desempenho e trabalham junto com o Reitor para aprimorar o processo. Para concluir,  
364 a sra. Presidente que na reunião extraordinária para deliberação sobre o relatório de  
365 gestão, a Audin também estará presente. Disse que a Audin é um órgão ligado ao  
366 Consu, conforme legislação. Colocado em votação, o PAINT/2016 foi aprovado com 1  
367 (uma) abstenção. 3) Na oportunidade, a sra. Presidente solicitou a inversão da pauta.  
368 Estando todos de acordo, foi discutida a **Homologação dos novos membros do**  
369 **Consu**: A sra. Presidente lembrou que em dezembro, a conselheira Christina Andrews  
370 indicou erro na composição docente no Egrégio Colegiado. Em seguida, solicitou ao  
371 assessor convidado, Javier Amadeo para que apresentasse a proposta da gestão. O  
372 convidado esclareceu que a única categoria que tem o número fixo é a de docentes, e  
373 que foram levados em consideração o estatuto e o regimento da Unifesp, vigentes.  
374 Citou proposta da conselheira Christina. Informou que a estrutura está constituída





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



375 sobre a lógica dos membros natos, que são 17. Sendo assim, os docentes eleitos, que  
376 deveriam ser o dobro dos natos, são 34. Lembrou que na última eleição foi  
377 considerada a criação da nova Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas e que não foram  
378 considerados na contagem, os membros externos. Esses membros externos fazem  
379 parte dos 30% não docentes. Os caminhos possíveis são: a readequação, passando um  
380 membro docente suplente a membro titular ou diminuir a representação de alunos ou  
381 de TAEs, o que considera inviável. A sra. Presidente lembrou que em dezembro ficou  
382 definido que chamaríamos novas eleições para completar o quadro discente em junho  
383 do corrente ano. Esse novo processo de eleições poderá corrigir também essa questão.  
384 A conselheira Christina reafirmou a existência do erro e considerou que os membros  
385 externos devem ser considerados para fins de contagem de membros do Consu e,  
386 consequentemente no cálculo do percentual de membros docentes, que deve ser de 70  
387 (setenta) por cento. Pede para encaminhar o questionamento a Procuradoria e  
388 informou que já solicitou a orientação jurídica do conselheiro, Dr. Henrique Calandra.  
389 A sra. Presidente falou da intenção de corrigir e disse que a lei é clara, quando fala  
390 dos 70%. Ela disse que será feito o necessário para corrigir e que ninguém vai caçar o  
391 mandato de ninguém. O conselheiro André questionou o fato dos representantes  
392 externos dividirem os 30% que já é a minoria, e perguntou do arredondamento dos  
393 30%. O conselheiro J. Aléssio sugeriu pensar a questão dos pró-reitores que entram na  
394 representação docente e diminuem a representação, quando das discussões para  
395 reforma do estatuto. Sugere acertar essa porcentagem no estatuto. A conselheira  
396 Karla falou da dificuldade neste momento de parar tudo para discutir composição,  
397 quando o colegiado está prestes a discutir "paridade". O conselheiro Arthur falou de  
398 suas dúvidas em relação aos docentes natos e o convidado Javier reafirmou que a lei  
399 exige que 70% dos membros do Colegiado Superior da instituição, seja composto por  
400 docentes. O conselheiro, Dr. Henrique Calandra falou da discussão de assuntos já  
401 passados. Disse que não há imperfeição formal e não mexemos no que está feito. Sobre  
402 as alterações, ele disse que terão de ser submetidas a todas as instâncias e cada uma  
403 encontrará um ponto de discórdia. Pede desculpas pois não teve tempo para analisar o  
404 material recebido, mas prometeu fazê-lo. Sobre o número de membros, a sra.  
405 Presidente informou que o Consu tem 75 membros e que, arredondando para cima as  
406 porcentagens que ficam quebradas quando da indicação da categoria de docentes,  
407 teríamos 52 ou 53 docentes, o que não estaria em acordo com o Estatuto. Ela diz que  
408 talvez tenhamos de alterar esse dispositivo. Ela acrescentou que, do ponto de vista





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



409 legal, o Dr. Calandra sugere que não será este o impedimento formal para as decisões  
410 do Consu. A conselheira Christina disse que não seria admissível iniciar a reforma do  
411 estatuto sem antes ajustar a composição do Consu para a composição mínima de 70%  
412 de membros docentes; para tanto não há necessidade de novas eleições, pois bastaria  
413 convocar os representantes docentes suplentes. Disse ainda que, não concordava com  
414 a colocação apresentada pela reitoria de que o ajuste na composição do Consu deveria  
415 ser realizado por meio da própria reforma do estatuto. Se essa fosse a opção da  
416 reitoria, a conselheira disse que levaria a questão ao Ministério Público. A sra.  
417 Presidente pediu para finalizar as discussões com tranquilidade e sem ameaças,  
418 concluindo não admitir suspeitas. A conselheira Christina protestou, observando que  
419 não se tratava ameaça, mas que, como docente concursada, como representante eleita  
420 e como cidadã brasileira, se sentia no direito de recorrer às instituições do estado de  
421 Direito. O conselheiro J. Ivaldo disse que a lei não obriga a representação externa.  
422 Lembra que, quando o Colegiado aprovou a reforma do estatuto, aprovou as eleições  
423 dos órgãos colegiados, não tivemos essa visão. Sugere que, se for para mexer, que se  
424 mexa nas categorias não eleitas. Ele concluiu ainda, dizendo que não vê como essa  
425 questão vai influenciar tanto. Ele acrescentou que ninguém fez nada com dolo e má fé  
426 e que os TAEs não querem ser prejudicados. Ele falou também da autonomia  
427 universitária, em relação à Lei. O conselheiro Adriano perguntou como fica esse  
428 desacordo com a lei e se tudo será cancelado. O conselheiro André voltou a afirmar  
429 que a divisão dos 30% com a representação externa diminui o número dos demais  
430 representantes. O conselheiro, Dr. Calandra, falou da crise maior por falta de unidade.  
431 Pediu desculpas e disse que falará sobre a questão na próxima reunião. O conselheiro  
432 J. Aléssio também concordou que não houve dolo. Disse que estamos fazendo o  
433 máximo possível para resolver e sugeriu solicitar o parecer da Procuradoria, para  
434 resolvermos a questão, antes de levar para fora. A conselheira Luciana se sente  
435 contemplada na fala do conselheiro J. Aléssio e o conselheiro Arthur, que também  
436 concorda com a consulta à Procuradoria, acrescentou que os representantes externos  
437 comporão mesmo os 30%, que é a minoria. O conselheiro J. Alexandrino falou do pacto  
438 social e que, se aceitarmos que esta composição é ideal, não haverá procuradoria que  
439 discordará. Disse que devemos ou não aceitar o risco. A conselheira Rosemarie disse  
440 que a gestão trouxe novas perspectivas para resolver a questão, embasada nas normas  
441 e legislação, para não correr riscos. Considera que o colegiado não deve discutir a  
442 questão neste momento, mas na reforma do estatuto. A conselheira Sylvia, citando a





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



443 experiência da Unila, que teve intervenção do Ministério Público, disse que não  
444 deixaria a questão para o pacto e considerou que a Procuradoria deve ser ouvida. A  
445 conselheira Karla, concordando com o conselheiro Adriano, perguntou como ficariam  
446 as decisões tomadas até o momento. Lembrou que há 3 meses já era conhecido o erro.  
447 Ela considera que a partir daqui as decisões seriam inviabilizadas, porém, como ficam  
448 as questões passadas? A sra. Presidente informou que foi feita consulta a  
449 Procuradoria, verbalmente, e foi a posição da procuradoria que estamos trazendo. Ela  
450 lembrou que o impasse foi apresentado no ano passado, tivemos reunião em fevereiro,  
451 constou em ata, e agora estamos apresentando proposta para a solução. Ela continuou:  
452 “Queremos corrigir para não termos problemas futuros. As decisões devem ser  
453 tomadas com tranquilidade, estamos em torno da mesma questão. A liberdade do  
454 exercício e da cidadania existem, só que o encaminhamento para o Ministério Público  
455 não faz parte do nosso contexto. Se precisarmos responder ao Ministério Público,  
456 responderemos”. A sra. Presidente comentou a proposta do conselheiro J.IVALDO, para  
457 a não computação dos membros externos nas votações e também a proposta de fazer  
458 uma conta chamando um membro suplente da categoria dos docentes. Embora alguns  
459 dos presentes tenham defendido consultar a procuradoria sobre a questão da  
460 composição, considerou que não há necessidade, pois tem conhecimento da posição da  
461 Procuradoria e que esta vai responder em cima da LDB, o que todos nós já  
462 conhecemos. Acredita ainda, que o pacto social está prejudicado neste momento e não  
463 queremos correr o risco. Considera que devemos fazer a proposta mais concreta e,  
464 caso seja necessário, referendar as decisões anteriores, isto será feito. Informou ainda  
465 que o Consu teve diferentes composições desde 2010. O conselheiro J. ALÉSSIO alertou  
466 para a não retirada dos votos dos membros externos, uma vez que é estatutário. O  
467 conselheiro André sugere, além da consulta formal à Procuradoria, a discussão para a  
468 equiparação da representação discente. A conselheira Christina informou que enviou  
469 uma mensagem formal à Reitoria em dezembro de 2015, lembrando que mensagens  
470 eletrônicas também são documentos formais; nessa mensagem ela já solicitava uma  
471 consulta à Procuradoria da Unifesp sobre o problema da composição do Consu.  
472 Esclarecendo os conselheiros que temiam que tudo o que o Consu decidiu como  
473 composição errada seria anulado, a conselheira Christina citou o conselheiro Dr.  
474 CALANDRA, que mencionou o princípio jurídico segundo o qual não se anula o que já foi  
475 decidido no passado, mas a partir da ciência do erro o mesmo seja corrigido para  
476 fundamentar corretamente as decisões dali para a frente. Na oportunidade, a sra.





477 Presidente informou que a consulta formal a Procuradoria será feita e, em sua  
478 resposta virá para o Consu. Colocada em votação, a proposta para o encaminhamento  
479 de consulta formal à Procuradoria Federal, referente a composição do Egrégio  
480 Colegiado foi aprovada por unanimidade. 4) **Indicação de membros externos para a**  
481 **Comissão Permanente de Avaliação (CPA)**: A sra. Presidente informou que,  
482 atendendo aos processos de avaliação, é preciso indicar membros externos para a  
483 CPA. Foram solicitadas indicações às pró-reitorias, e vieram algumas sugestões.  
484 Foram apresentados para apreciação do Consu, as seguintes indicações: Maria  
485 Leduína Severo, educadora, indicada pela Pró-Reitoria de Graduação; Eduardo  
486 Krieger, indicado pela Prof<sup>a</sup>. Magali, e Maria Clara Gianna, indicada pela Vice-Reitora.  
487 O conselheiro Esper defendeu a indicação do Dr. Krieger, professor aposentado e que  
488 lutou pela educação pública. A conselheira Valeria concordou com o conselho Esper e  
489 defendeu a indicação da Dra. Maria Clara, militante do serviço de saúde. O  
490 conselheiro André elogiou a indicação da Dra. Gianna, nome técnico, vem do  
491 movimento de base e tem muito a acrescentar. A conselheira Emília concordou com as  
492 indicações, mas perguntou sobre custos com deslocamento dos indicados, ao que foi  
493 respondido que todos estão em São Paulo e, portanto, não haverá custos com diárias,  
494 passagens etc. Colocadas em votação as indicações dos membros externos para a  
495 Comissão Permanente de Avaliação (CPA), foram aprovados por unanimidade. São  
496 eles: José Eduardo Krieger, Maria Clara Gianna e Maria Liduina Facundo Severo. Na  
497 oportunidade, a sra. Presidente lembrou que já foi aprovado o plano de gestão da CPA  
498 e, o próximo passo será apresentar e aprovar o plano de avaliação institucional.  
499 Acrescentou que os indicados são envolvidos com Pesquisa, Assistência e Saúde, e  
500 Educação. 5) **Homologação do processo de contratação de Professor Visitante,**  
501 **Rafael Luiz Feliciano da Costa Schincariol**: Foi homologado o processo de  
502 contratação do Professor Visitante, Rafael Luiz Feliciano da Costa Schincariol, que  
503 atuará junto ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF). Na  
504 oportunidade, a sra. Presidente informou que o processo já havia passado pela CPPD e  
505 que profissional já está sendo convidado para trabalhar com as ossadas de Perus. Há  
506 proposta de curso para agentes da questão forense e outros profissionais e ele será o  
507 responsável por ministrar o curso; 6) **Homologação de resultado e de abertura de**  
508 **concursos públicos e processos seletivos simplificados**: foram aprovados e  
509 homologados os processos que seguem: 1 - Aprovou a abertura de Concurso Público, a  
510 saber: Campus Diadema, área/subárea: Farmácia / Cosmetologia, Farmacotécnica





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



511 Homeopática, Deontologia e Legislação Farmacêutica, 1 vaga - DE. 2 - Aprovou a  
512 abertura de Processo Seletivo Simplificado, a saber: Campus Diadema, área/subárea:  
513 Engenharia / Engenharia Bioquímica, 1 vaga - 40h. 3 - Homologou os Concursos  
514 Públicos, a saber: - Campus Baixada Santista: a) Economia/Economia Ambiental - Não  
515 houve candidatos habilitados; e b) Engenharia/Engenharia de Petróleo - Não houve  
516 candidatos habilitados; - Campus Osasco: Ciências Atuariais/Ferramentas  
517 Quantitativas e suas Aplicações nas Finanças de Seguradoras e Entidades de  
518 Previdência. Candidatos aprovados: 1º) Joelson Oliveira Sampaio, e 2º) Moisés Diniz  
519 Vassallo; - Campus Diadema: Engenharia/Controle e Instrumentação de Processos.  
520 Candidatos aprovados: 1º) Bruno Faccini Santoro, e 2º) Carlos Alexandre Moreira da  
521 Silva. 4 - Homologou os Processos Seletivos Simplificados, a saber: - Campus Diadema:  
522 Ensino de Biologia/Zoologia Geral e Evolução. Candidatos aprovados: 1º) Ana Paula  
523 Siqueira Dornellas, 2º) Lina Maria Almeida Silva. Na oportunidade, o conselheiro J.  
524 Aléssio falou de discussão no campus São Paulo sobre a questão do professor visitante.  
525 Considera que vale a pena discutir se entra no pool de vagas, quanto custa, qual é o  
526 limite para a instituição e quem pode pedir. A sra. Presidente respondeu que é  
527 utilizado o banco de equivalente, mas não usa a vaga, lembrando que para concurso, a  
528 Unifesp tem que ter o banco e a vaga. Além disso, pretende apresentar o fluxo das  
529 contratações e outras informações pertinentes. A conselheira Socorro aproveitou a  
530 oportunidade para agradecer a presença da Reitora na posse sindicato, ocorrida nesta  
531 semana. Ela pediu ainda, esclarecimentos sobre as vagas para concurso de Auxiliar de  
532 Enfermagem, uma vez que essas vagas, 49, não entraram no edital de concurso dos  
533 TAEs. A sra. Presidente respondeu que a Pró-Reitora de Gestão com Pessoas informou  
534 que as inscrições foram encerradas com 30.000 inscritos. As 49 vagas de nível C  
535 dependem do MEC e do MPOG. Essas vagas continuam guardadas. O Ministério já  
536 respondeu que não podemos trocar essas vagas, porém a gestão continua envidando  
537 esforços para a troca. Na oportunidade a sra. Presidente pediu esforço concentrado  
538 para a presença nas reuniões extraordinárias para discussão das propostas de reforma  
539 do estatuto. Nada mais havendo a tratar, para constar, eu, Andreia Reis Pereira  
540 Meleti, secretária, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e  
541 pela Srª Presidente.

542

543

544





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578

Soraya Soubhi Smaili  
Reitora  
Presidente do Conselho Universitário

Andreia Reis Pereira Meleti  
Secretária do Conselho Universitário

